



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO N.º 255/2022

DE 05 DE SETEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre os critérios técnicos de mérito e de desempenho para provimento da função de gestor escolar das escolas da Rede de Ensino Público do Município de Xinguara-PA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XINGUARA, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais dispostas no inciso VIII do artigo 76 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o que dispõe o inciso I do § 1º do Art. 14 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que se refere ao "provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho".

CONSIDERANDO a Resolução da Comissão Interministerial de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, Resolução MEC/SEB nº 1, de 27 de julho de 2022, que "aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da Complementação VAAR, às redes públicas de ensino, para vigência no exercício de 2023 e dá outras providências".

CONSIDERANDO o Decreto municipal nº 238/2022 de 19 de agosto de 2022, que nomeia a comissão permanente de avaliação dos critérios técnicos de mérito e de desempenho para provimento da função de gestor escolar das escolas da Rede de Ensino Público do Município de Xinguara-PA. (CPATGEX)

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Institui os critérios para o provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho.

Art. 2º. Os critérios para o provimento do cargo ou função de gestor escolar são:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
GABINETE DO PREFEITO

- I – Apresentação de documentos pessoais com escolaridade mínima exigidas, Prova de títulos com apresentação de documentos comprobatórios e plano de ação;
- II – Prova de Psicotécnico;
- III – Prova Intelectual;
- IV – Entrevista com a comissão permanente de avaliação dos critérios técnicos de mérito e de desempenho para provimento da função de gestor escolar das escolas da Rede de Ensino Público do Município de Xinguara-PA.

Parágrafo único. A prova de apresentação dos documentos será feita diretamente a comissão permanente de avaliação dos critérios técnicos de mérito e de desempenho para provimento da função de gestor escolar das escolas da Rede de Ensino Público do Município de Xinguara-PA. (CPATGEX)

Art. 3º. A gestão das unidades escolares será exercida pelo Gestor Escolar nomeado por meio de seleção a partir de critérios de competência técnica de mérito e desempenho.

Parágrafo único. As unidades escolares devidamente formalizada com ato de autorização de funcionamento emitida pelo Conselho Municipal de Educação, por meio de Resolução e Parecer e as em processo de autorização, até a publicação do edital, participará do processo seletivo para provimento do cargo ou função de gestor escolar.

CAPÍTULO II DO GESTOR ESCOLAR
CAPÍTULO II DO PROCESSO DE PROVIMENTO PARA O CARGO OU
FUNÇÃO DO GESTOR ESCOLAR

Art. 7º. O processo de nomeação de Gestores Escolares de unidades de ensino público municipal será feito mediante avaliação com critérios de competência técnica de mérito e desempenho.

Parágrafo Único. O Provimento do cargo ou função de gestor escolar seguirão os seguintes critérios:

- I – Apresentação de documentos pessoais com escolaridade mínima exigidas, Prova de títulos com apresentação de documentos comprobatórios e plano de ação;
- II – Prova de psicotécnico; III - Prova intelectual;
- IV - Entrevista com a comissão organizadora.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
GABINETE DO PREFEITO

Art. 8º. Poderá concorrer à função de Gestor(a) Escolar todo profissional da educação, em exercício do magistério da rede pública do município de Xinguara – PA, preenchendo os seguintes requisitos:

- I. possuir curso superior em Licenciatura Plena em Pedagogia ou outro curso superior em licenciatura acrescido de pós-graduação em Gestão e Administração Escolar; II. ser servidor estável;
- III. concordar expressamente com a sua inscrição;
- IV. ter, no mínimo, 02 (dois) anos de efetivo exercício no magistério público; V. comprometer-se a frequentar curso para qualificação do exercício da função que vier a ser convocado após nomeado;
- VI. apresentar plano de ação para implementação na comunidade escolar, abordando, no mínimo, os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos da escola para qual deseja concorrer ao cargo;
- VII. estar em dia com as obrigações eleitorais;
- VIII. Possuir Reconhecida idoneidade moral, comprovada por meio de certidão de antecedentes criminais;
- IX. não estar respondendo processo disciplinar administrativo em órgão integrante da Administração Pública Direta ou Indireta, nos cinco anos anteriores à data do registro da inscrição;
- X. não ocupar cargo eletivo regido pela Justiça Eleitoral, em qualquer nível; XI. – Ter 21 (vinte e um) anos de idade completos ou a completar até a data de encerramento das inscrições;

Parágrafo Único. Nenhum candidato poderá concorrer, simultaneamente, em mais de uma unidade de ensino.

Art. 9º. No ato da inscrição, deverá o candidato apresentar:

- I – O candidato a Gestor Escolar deverá entregar à comissão Municipal de avaliação dos critérios técnicos de mérito e de desempenho, no ato da inscrição, plano ou programa de trabalho que pretende executar na unidade escolar para qual deseja concorrer ao cargo;
- II – Comprovante de tempo de efetivo exercício no magistério público municipal e comprovação de escolaridade;
- III – Cópia de documentos pessoais;
- IV – Certidão de antecedentes criminais;



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 10º. As inscrições para concorrer ao cargo de gestor escolar serão gratuitas e efetuadas no endereço eletrônico, constante no edital a ser publicado, mediante preenchimento de formulário eletrônico no período constante no cronograma que virá em anexo ao edital e apresentação de documentos físicos exigidos no artigo anterior a comissão Municipal de avaliação dos critérios técnicos de mérito e de desempenho para provimento da função de gestor escolar das escolas da Rede de Ensino Público do Município de Xinguara – PA, conforme edital a ser publicado.

**CAPÍTULO IV DA NOMEAÇÃO E POSSE E DO MANDATO
CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 19. Cabe ao poder Executivo Municipal, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9394/96), Lei n.º 14.113/2020, Lei municipal n.º 1.157/2021, Lei Municipal n.º. 820/2012 e resolução n.º 015 de 08 de março de 2022 do conselho municipal de educação de Xinguara – PA, regulamentar o provimento dos Gestores Escolares, fundamentado neste decreto.

Art. 20. Cabe à Administração Municipal promover o acesso dos Gestores Escolares às oportunidades de formação, atualização e aperfeiçoamento, com a finalidade de contribuir com sua qualificação profissional e com o objetivo de elevar o nível de qualidade da educação municipal.

Art. 21. O primeiro processo para o provimento da função de gestor escolar que trata este decreto será realizado no segundo semestre de 2022 e, a posse da gestão escolar aprovada, será no início do ano do 2023, a ser conduzida pela CPATGEX.

Art. 22. Cabe a comissão Municipal de avaliação dos critérios técnicos de mérito e de desempenho para provimento da função de gestor escolar das escolas da Rede de Ensino Público do Município de Xinguara-PA, (CPATGEX);

I- Coordenar e executar todo o Processo seletivo para provimento do cargo de gestor escolar;

II - Organizar a cerimônia de posse dos gestores escolares aprovados;

III

IV – conduzir as sindicâncias que irá apurar a destituição do Gestor Escolar nomeado pelo processo seletivo;



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA
GABINETE DO PREFEITO**

V – Declarar a vacância da função de Gestor Escolar de acordo com os critérios deste decreto;

Art. 23. Cabe a Secretaria Municipal de Educação e cultura garantir todo o suporte logístico e financeiro das ações da comissão (CPATGEX).

Art. 24 Os casos omissos serão analisados e resolvidos por meio da comissão (CPATGEX), que emitirá parecer técnico.

Art. 25. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Xinguara-PA, 05 de setembro de 2022.


MOACIR PIRES DE FARIA
Prefeito Municipal de Xinguara/PA

Certidão
Eu MARIA LÚCIA A. A. OLIVEIRA, servidora efetiva Decreto Nº. 565/2003, certifico que o expediente acima foi publicado no mural da Prefeitura Municipal de Xinguara no dia:
Data: 05 / 09 / 22
Por ser verdade, firmo presente
Ass.: Maria Lúcia A. A. Oliveira